

## ACOLHIMENTO DE MIGRANTES E REFUGIADOS: DESAFIOS E ESPECIFICIDADES NO CONTEXTO AMAZÔNICO

### RECEPTION OF MIGRANTS AND REFUGEES: CHALLENGES AND SPECIFIC ISSUES IN THE AMAZONIAN CONTEXT

Artigo recebido em: 23/01/2026

Artigo aceito em: 24/04/2026

**Andréa Imbiriba da Silva\***

\*Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2279242942972560>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6556-9615>

[andreambiriba04@gmail.com](mailto:andreambiriba04@gmail.com)

**Lília Iêda Chaves Cavalcante\***

\*Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4743726124254735>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3154-0651>

[liliacavalcante@gmail.com](mailto:liliacavalcante@gmail.com)

The authors declare that there is no conflict of interest

#### Resumo

O crescente fluxo migratório na Amazônia exige um acolhimento humanitário eficiente, especialmente para refugiados que fogem de ameaças e perseguições graves. Esta pesquisa aborda o sistema de acolhimento de migrantes e refugiados em Santarém -PA. Com base na teoria bioecológica do desenvolvimento humano, o estudo investiga o microsistema de acolhimento, analisando atividades, relações interpessoais e papéis. Utilizando uma abordagem quantitativa e instrumento adaptado, como o Formulário de Caracterização da Instituição (FCI), foram identificadas lacunas estruturais e de serviços, incluindo a ausência de espaços pedagógicos, atividades culturais e assistência jurídica. A instituição participante, é vinculada à Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS), desempenha um papel essencial no acolhimento emergencial, oferecendo suporte psicológico, acesso à educação e serviços básicos. No entanto, enfrenta desafios como infraestrutura insuficiente, privacidade limitada e demanda crescente devido ao aumento de refugiados, especialmente da Venezuela. Destaca-se a importância de práticas que considerem as necessidades biopsicológicas dos acolhidos, respeitem suas especificidades culturais e promovam sua integração social. Sugere-se a ampliação de políticas públicas e melhoria estruturais, como a criação de espaços dedicados ao lazer, à educação e ao atendimento especializado, a fim de atender de maneira mais eficaz às demandas dos migrantes e refugiados.

#### Abstract

*The increasing migratory flow in the Amazon region demands efficient humanitarian reception, especially for refugees fleeing serious threats and persecution. This study addresses the system for welcoming migrants and refugees in Santarém, Pará, focusing on an institution that serves families and individuals in situations of vulnerability. Based on the bioecological theory of human development, the research investigates the microsystem of reception, analyzing activities, interpersonal relationships, and roles. Using a quantitative approach and an adapted instrument, such as the Institutional Characterization Form (ICF), structural and service gaps were identified, including the absence of educational spaces, cultural activities, and legal assistance. The participating institution, linked to the Municipal Department of Labor and Social Assistance (SEMTRAS), plays an essential role in emergency reception, offering psychological support, access to education, and basic services. However, it faces challenges such as insufficient infrastructure, limited privacy, and increasing demand due to the rise in the number of refugees, especially from Venezuela. The importance of practices that consider the biopsychological needs of those assisted, respect their cultural specificities, and promote social integration is highlighted. The study suggests the expansion of public policies and structural improvements, such as the creation of spaces dedicated to leisure, education, and specialized services, in order to more effectively meet the demands of migrants and refugees.*



**Palavras-chave:** Acolhimento Migrantes e Refugiados. Microsistema. Desenvolvimento Humano. Política Pública.

**Keywords:** *Reception of Migrants and Refugees. Microsystem. Human Development. Public Policy.*

## 1 INTRODUÇÃO

Recentemente, questões relacionadas ao atendimento das necessidades de migrantes e refugiados têm se tornado mais proeminentes, especialmente no que tange à proteção social. O número de pessoas que atravessam fronteiras internacionais em busca de refúgio ou migração no Brasil tem apresentado crescimento significativo, impulsionado por questões sociais, econômicas, climáticas e outros fatores complexos. Esse fenômeno tornou-se um componente central da realidade sociopolítica brasileira contemporânea (Carneiro & Oliveira, 2022; Sampaio & Alves, 2022). Atualmente, o Brasil possui 65.811 decisões de reconhecimento de refúgio, com 9.533 pedidos indeferidos, representando, respectivamente, 86,9% e 12,6% do total. Dentre essas decisões, 3.988 envolvem crianças, sendo 2.017 do gênero feminino e 1.971 masculino (CONARE, 2023).

Com o aumento contínuo dos pedidos de refúgio no Brasil, é fundamental que o país desenvolva políticas públicas robustas e eficazes para atender às necessidades e garantir os direitos dos migrantes e refugiados. Essas políticas públicas devem contemplar ações integradas que assegurem assistência social, acesso à saúde, educação, e proteção legal, promovendo a inclusão e a dignidade dessas populações. Esse processo é especialmente crítico quando se trata da proteção das crianças, que representam uma parcela particularmente mais expostas a riscos que podem comprometer seu desenvolvimento. As políticas públicas devem, portanto, incluir ações específicas para assegurar a proteção, o bem-estar e o acesso a serviços essenciais para esse grupo (Lazarin; Abramowicz, 2021). Garantir um acolhimento que não cause revitimização é fundamental. Isso significa que as condições oferecidas devem ser seguras e acolhedoras, em total contraste com as circunstâncias adversas que levaram essas pessoas a abandonar seus países de origem.

É necessário um aprimoramento contínuo das políticas e práticas de acolhimento para garantir que todos os aspectos das necessidades dos migrantes ou refugiados,

particularmente as das crianças, sejam devidamente atendidos. Isso inclui o fortalecimento dos serviços de suporte psicológico, educacional e social, além da implementação de medidas que promovam uma integração sólida e segura na sociedade brasileira.

Durante o processo de deslocamento, as famílias enfrentam uma série de desafios que incluem instabilidade emocional, social e cultural. Diante dessas adversidades, é fundamental que o acolhimento oferecido pelo país receptor promova um ambiente seguro e acolhedor, de forma a evitar que essas pessoas vivenciem novamente as condições adversas que motivaram sua migração. Segundo Raffoul (2020), o Estado receptor tem a responsabilidade de proporcionar proteção especial, assegurando que as necessidades materiais, emocionais e de segurança dos refugiados sejam atendidas adequadamente.

Garantir um aparato protetivo adequado para os migrantes ou refugiados é primordial, dado o risco inerente à sua condição e ao seu processo de desenvolvimento. O acolhimento deve transcender a mera conscientização social e humanitária, exigindo regulamentação institucional e a implementação de políticas públicas. Apesar de o Brasil ser reconhecido por seu pioneirismo na defesa internacional dos direitos humanos, ainda é necessário avançar na efetivação de políticas públicas específicas e eficientes que respondam de forma abrangente às demandas das pessoas refugiadas. A partir do princípio da equidade, é fundamental considerar as particularidades de cada território e população atendida, de modo a garantir que os serviços e as ações de acolhimento estejam adequados às diferentes realidades locais e às necessidades concretas das pessoas em situação de refúgio.

Além disso, é importante que as estratégias de acolhimento sejam adaptadas para atender às necessidades específicas dessas pessoas, proporcionando não apenas abrigo, mas também suporte psicológico, acesso à educação e oportunidades de integração social. Sampaio e Alves (2022) ressaltam que, apesar dos esforços em curso, muitos refugiados ainda enfrentam situações de insegurança no Brasil.

Esses desafios vão além da simples ausência de políticas ou serviços. Em muitos casos, os centros de acolhimento operam com infraestrutura precária, sem condições adequadas de higiene, privacidade ou segurança. Há relatos frequentes de superlotação, falta de intérpretes para facilitar a comunicação com os atendentes, demora no acesso à documentação, e dificuldades no encaminhamento para escolas ou serviços de saúde.

Além disso, a escassez de profissionais capacitados para lidar com as especificidades culturais e emocionais dos refugiados agrava a sensação de desamparo e invisibilidade.

A análise das produções científicas sobre os sistemas de acolhimento de refugiados em diversos países revela que não existe um modelo único ou ideal. Cada nação adapta suas estratégias de acolhimento às suas capacidades, recursos e contextos específicos. A chave para um acolhimento eficiente reside na flexibilidade, na cooperação entre diferentes atores e na adaptação contínua às necessidades emergentes dos refugiados. A colaboração entre governos, ONGs e comunidades locais, assim como a capacidade de resposta rápida em situações de crise, são essenciais para garantir uma resposta humana e segura às complexas questões migratórias globais.

A literatura nacional destaca uma necessidade de estudos sistemáticos sobre políticas públicas e assistência a migrantes ou refugiados, como evidenciado pelos trabalhos de Andrade Resende e Reynaldo (2024), Gonçalves (2022) e Malaquias e Souza (2023). Nesse contexto, este trabalho busca justamente contribuir para o enfrentamento dessas lacunas, ao oferecer uma análise crítica das práticas institucionais e das diretrizes políticas voltadas a esses grupos, com foco na sua implementação e nos desafios enfrentados no contexto brasileiro.

No Brasil, mais especificamente no Estado do Amazonas, Vasconcelos e Librelotto (2022) apresentam que as pessoas que enfrentam situação de vulnerabilidade de diferentes realidades, sejam sociais ou humanitárias, ainda encontram pouco acesso a programas governamentais que estejam voltados para a situação de acolhimento dessas populações. Com relação às instituições de acolhimento, estas se apresentam, preliminarmente, de forma temporária. No entanto, em algumas situações, sua permanência se prolonga, tornando-se de caráter permanente ou sendo utilizadas por um longo período de tempo.

Quando se refere ao acolhimento de migrantes e refugiados, observa-se que esta modalidade ocorre de forma conjunta, recebendo tanto pessoas adultas de forma individualizada como famílias inteiras. Assim, esse tipo de instituição deve possuir em sua estrutura os aparatos necessários para manter e promover os direitos inerentes a pessoa humana. É necessário manter equipes Multidisciplinares para se garantir uma assistência humanizada. Além disso, deve-se considerar o espaço físico, buscando adaptações para o atendimento familiar, de forma a evitar a separação dos membros das

famílias, promovendo o fortalecimento dos vínculos, a segurança e a proteção (Vasconcelos; Librelotto, 2022).

Não existem dados específicos quanto ao número de migrantes ou refugiados na Amazônia, dada a sua divisão territorial extensa, que inclui os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. Além disso, a dinâmica de deslocamento é relativamente grande. O que se pode afirmar é que, no ano de 2023, a região Norte registrou 72,0% das solicitações de refúgio apreciadas pelo Conare, com um maior volume de solicitações em Roraima, com 71.198 51,5%, seguido pelo Amazonas, com 19.663 14,2%, e pelo Acre, com 6.565 4,7%. Os solicitantes tinham como origem, principalmente, a Venezuela 95.042, o Haiti 2.885 e Cuba 756 solicitações (Junger da Silva et al., 2024).

Esses dados evidenciam a crescente demanda por mecanismos eficazes de proteção e suporte para migrantes e refugiados, sublinhando a necessidade de políticas públicas e estratégias institucionais que garantam o atendimento adequado às necessidades específicas de cada grupo, especialmente os mais vulneráveis, como as crianças e idosos.

Além do aumento no número de migrantes e refugiados no Brasil, os estudos ressaltam que a eficácia das políticas públicas e a robustez da rede institucional são indispensáveis para a integração bem-sucedida desses indivíduos na sociedade brasileira, como expõem os estudos de Costa (2020), Moreira et al. (2020), Mundt (2020), Raffoul (2020), Seixas e Lima (2020), Lopes e Mota (2021), Lazarin e Abramowicz (2021), Vale et al. (2021), Carneiro e Oliveira (2022), e Sampaio e Alves (2022). A implementação de estratégias que promovam a inclusão social, o acesso a serviços essenciais, como educação, saúde e assistência jurídica, e a criação de mecanismos de apoio psicológico e social são fundamentais para enfrentar os desafios que acompanham o processo migratório.

A instabilidade gerada pela migração forçada pode levar ao aumento da vulnerabilidade de comunidades inteiras, exacerbando situações de pobreza e exclusão social. Dadas as situações de emergência, é necessário proteger a saúde mental e o bem-estar psicossocial das pessoas afetadas (Mendelski, 2024). O bem-estar psíquico é um componente básico para a recuperação e a resiliência das populações deslocadas, permitindo-lhes reorganizar suas vidas e contribuindo positivamente para reconstrução pessoal, familiar e social de pessoas em situação de migração ou refúgio. Essa

recuperação, porém, não ocorre isoladamente, ela exige esforços coletivos e colaborativos para garantir que os deslocados tenham o suporte necessário para se reintegrar à sociedade de forma digna e sustentável.

Para alcançar essa prioridade, é necessária uma ação coordenada entre organizações humanitárias governamentais e não governamentais. Essas ações devem incluir o fornecimento de serviços de saúde e apoio psicossocial, programas de integração social e econômica, e políticas públicas que garantam os direitos e a dignidade dos migrantes e refugiados. Além disso, a criação de um ambiente acolhedor e inclusivo depende não apenas de intervenções diretas, mas também de ações voltadas para sensibilizar as sociedades que acolhem essas pessoas. É igualmente importante promover a sensibilização e a educação das comunidades de acolhimento para reduzir a xenofobia e a discriminação, criando um ambiente mais acolhedor e inclusivo (Carneiro; Oliveira, 2022).

O acolhimento não visa apenas garantir a segurança e o bem-estar, mas também reconhecer e respeitar a dignidade de indivíduos que enfrentam circunstâncias extremas. Esse tipo de serviço envolve a oferta de abrigo, casa de acolhimento, assistência médica, apoio psicológico e integração social, com o objetivo de mitigar o trauma e facilitar a adaptação ao novo ambiente (Barbosa, 2022; Rocha, 2021; Rodrigues, 2021; Yus, Guillén-Riquelme, Quevedo-Blasco, 2023). As políticas de acolhimento precisam evoluir com base em evidências e práticas eficazes para melhorar a vida dos refugiados e enfrentar as crises de forma mais eficiente e humana. A complexidade da gestão das políticas e serviços de acolhimento reside na colaboração entre diferentes entidades e na necessidade de respostas flexíveis e adaptativas às crises humanitárias.

A literatura aponta que uma abordagem coordenada e integrada pode melhorar significativamente a qualidade de vida das pessoas em deslocamento, promovendo a sua adaptação e participação ativa na comunidade. Investir em programas de capacitação e sensibilização para profissionais que lidam diretamente com esses grupos também se mostra essencial para garantir um atendimento mais humano e eficiente. Assim, uma rede institucional bem estruturada, alinhada com políticas públicas inclusivas, é vital para assegurar que os direitos dos migrantes e refugiados sejam efetivamente respeitados e promovidos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e acolhedora.

Assim, este estudo busca fornecer subsídios para o aprimoramento de políticas públicas voltadas para o acolhimento de migrantes e/ou refugiados, tendo com base em

uma análise das condições ecológicas, físicas, e sociais, interligando-as às normas que asseguraram a qualidade dos serviços oferecidos a essas populações. Além disso, destaca-se que o olhar ecológico proposto por Bronfenbrenner (1977, 1979/1996) é fundamental para compreender o acolhimento como um contexto abrangente de desenvolvimento. Essa abordagem permite uma análise detalhada do microsistema no qual ocorrem as relações mais próximas do indivíduo em desenvolvimento. Nesse contexto, as características físicas e materiais do ambiente desempenham papel central.

O serviço de acolhimento é concebido como um espaço de interação direta entre indivíduos, afetado por diversos sistemas que os envolvem. Essa interação possibilita a identificação das práticas para criar um ambiente que promova o desenvolvimento saudável e a integração bem-sucedida dos envolvidos no sistema do acolhimento. No âmbito do microsistema, os fatores atividade, papel e relações interpessoais emergem como elementos essenciais para a construção desse contexto.

## 2 METODO

Este estudo adotou uma abordagem quantitativa com o objetivo de descrever as características do sistema de acolhimento a migrantes e refugiados, bem como de analisar a maneira como os atendimentos são direcionados dentro desse microsistema. O estudo buscou alcançar uma compreensão detalhada das práticas e procedimentos envolvidos no acolhimento desses grupos, identificando peculiaridades e áreas para melhorias. Os objetivos da pesquisa são de natureza descritiva, com foco na identificação e descrição dos elementos que compõem o sistema de acolhimento.

Para atingir esses objetivos, adotou-se o procedimento de busca documental, que envolveu a coleta de dados a partir de um formulário para extração de informações específicas. Este formulário foi preenchido pela coordenação da instituição responsável pelo acolhimento, permitindo um levantamento de informações estruturada e detalhada. A escolha do formulário como ferramenta de coleta de dados visa garantir a consistência e a precisão das informações obtidas, facilitando a análise e a interpretação dos resultados. Além disso, o levantamento documental proporcionou uma visão abrangente das práticas adotadas pela instituição, permitindo a identificação de aspectos tanto positivos quanto negativos no processo de acolhimento.

## 2.1 Contexto

O estudo foi conduzido no Brasil, na região Norte, mais especificamente no estado do Pará, na cidade de Santarém, a qual está situada na Mesorregião do Baixo Amazonas, na margem direita do Rio Tapajós. Com uma área territorial de 17.898,389 km<sup>2</sup> e uma população aproximada de 331.942 pessoas, conforme dados do IBGE de 2022, Santarém é a terceira maior cidade do estado do Pará e desempenha um papel importante como o principal centro socioeconômico do oeste paraense.

O lócus da investigação foi uma instituição dedicada ao atendimento de adultos e famílias em situações de rua, desabrigo devido a abandono, migração ou refúgio e falta de residência, bem como de pessoas em trânsito que se encontram sem condições de autossustento. Esta instituição está vinculada à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS) e atua como um equipamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Seu objetivo é proporcionar acolhida a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e promover a integração desses indivíduos em ações e serviços públicos. A instituição opera em conformidade com a legislação vigente, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Política Humanitária de Acolhimento aos Povos Migrantes.

Desde seu início, em 1º de novembro de 2017, a instituição tem desempenhado um papel essencial no acolhimento de refugiados, com ênfase em indígenas da etnia Warao, que têm chegado ao município desde 28 de setembro de 2017. A casa de acolhimento pesquisada é ilustrada na Figura 1. Ela é equipada para oferecer suporte e acolhimento adequado, contando com uma equipe técnica diversificada composta por um coordenador, assistente social, psicólogo, auxiliar administrativo, cuidadores, vigias, auxiliares de conservação e motoristas. Esta equipe trabalha em conjunto para garantir o bem-estar e a integração dos acolhidos, oferecendo um ambiente seguro e suporte contínuo.

## Figura 1

### *Casa de acolhimento de adultos e Famílias*



Fonte: Autora (2025)

## 2.2 Participantes

Como se trata de um estudo descritivo que utiliza um formulário aplicado à coordenação da instituição, não foi designado um participante específico para o preenchimento das informações. Em vez disso, a responsabilidade de designar uma pessoa para preencher o formulário ou de realizar o preenchimento em conjunto foi atribuída à coordenação da instituição. Neste estudo, as informações foram fornecidas pela equipe técnica da instituição, incluindo diretamente o coordenador, o psicólogo e o assistente social.

Antes da participação efetiva na pesquisa, foram apresentados aos membros da equipe o objetivo do estudo e o método de análise empregado. O processo de esclarecimento envolveu uma detalhada explicação do propósito da pesquisa e das técnicas de coleta e análise de dados, garantindo que todos os participantes compreendessem plenamente os aspectos do estudo. Após a sessão de esclarecimento e a resolução de todas as dúvidas, o formulário foi entregue aos responsáveis e foi agendada uma data para a devolução dos dados preenchidos.

Em conformidade com os critérios éticos estabelecidos para pesquisas, o coordenador da instituição assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

### 2.3 Instrumentos e materiais

O Formulário de Caracterização da Instituição (FCI), objetiva caracterizar as instituições quanto à estrutura e funcionamento. É autoaplicável e foi preenchido pelo gestor responsável e equipe técnica da unidade pesquisada.

Esse instrumento foi utilizado por Cavalcante (2008) em pesquisa que investigou aspectos do ambiente e das interações de uma unidade de acolhimento para crianças de zero a seis anos de idade na cidade de Belém, Estado do Pará. Sua elaboração tomou como referência o instrumento usado em pesquisa de Silva (2004), que investigou a situação das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes no território brasileiro nesse período. Inicialmente o instrumento possuía 102 questões, subdivididas em 7 eixos norteadores, a saber: A- Identificação e organização técnico-legal, contendo 16 perguntas; B- Critérios e procedimentos de atendimento, 16 perguntas; C- Características físico-funcionais da instituição, 23 perguntas; D- Do atendimento as crianças e aos adolescentes, 9 perguntas; E- Da relação com as famílias das crianças abrigadas, 5 perguntas; F- Desligamento da criança, 18 perguntas; G- Preservação da história da criança, 15 perguntas (Cavalcante, 2008).

Posteriormente o formulário foi modificado por Corrêa (2016), passando a ter nove eixos e 88 perguntas, organizados da seguinte forma: A- Identificação e organização técnico legal, contendo 18 perguntas; B- Critérios e procedimentos de atendimento, com 16 perguntas; C- Características físico-funcionais da instituição, 13 perguntas; D- Acolhimento, abrigamento e reintegração às crianças e aos adolescentes, 13 perguntas; E- Da relação com as famílias das crianças/adolescentes acolhidos, 6 perguntas; F- Desligamento da criança e/ou adolescente, 17 perguntas; G- Preservação da história das criança e/ou adolescente, 4 perguntas; H- Dificuldade e necessidades da instituição, 1 pergunta e I- Preposições que trata-se de colocações gerais que não foram abordadas durante o preenchimento do formulário.

Para atender aos objetivos deste estudo, foi necessário adaptar as perguntas do formulário, a fim de contemplar aspectos específicos da realidade a ser investigada em Santarém-PA. Assim, o instrumento ficou com 77 perguntas, divididas em nove categorias: A- Identificação e organização do termo legal da instituição, contendo 14 perguntas; B- Critérios e procedimentos de atendimento, 10 perguntas; C- Características físicas funcionais, 26 perguntas; D- atendimento às crianças e aos adolescentes, 11

perguntas; E- Desligamento da criança, 7 perguntas; F- Preservação da história da criança, 4 perguntas; G- Dificuldades e necessidades do acolhimento, 3 perguntas; H- Perfil do dirigente e I- Observações pertinentes a cada espaço de acolhimento.

## **2.4 Procedimento de coleta e análise dos dados**

O formulário de caracterização da instituição tem como objetivo fornecer uma descrição geral e detalhada do serviço de acolhimento pesquisado. Este instrumento de pesquisa foi entregue ao coordenador da casa de acolhimento e é composto por um conjunto de perguntas abertas e fechadas que abordam diversos aspectos relacionados à dinâmica de funcionamento da instituição.

As principais áreas abordadas pelo formulário incluem: Aspectos relacionados à conformidade legal e à estrutura organizacional da instituição; procedimentos e critérios utilizados para a prestação dos serviços oferecidos; detalhes sobre a infraestrutura e a funcionalidade do espaço físico; informações sobre os serviços e cuidados proporcionados aos acolhidos; dados quantitativos sobre o ingresso e o desligamento de crianças e adolescentes no serviço de acolhimento; procedimentos e práticas voltadas para o registro e a conservação da história de vida dos acolhidos.

Os dados coletados por meio deste instrumento foram analisados utilizando técnicas de estatística descritiva. A análise estatística descritiva permite organizar e sumarizar os dados, proporcionando uma visão clara e compreensiva sobre as características e o funcionamento da instituição. O propósito dessa análise é apresentar um histórico detalhado da instituição, oferecendo uma visão abrangente sobre o serviço de acolhimento envolvido na pesquisa. Isso facilita a compreensão das práticas adotadas e das condições enfrentadas, contribuindo para uma avaliação mais precisa e informada do contexto pesquisado.

Para complementação dos dados utilizou-se a inserção ecológica Ceconello e Koller (2003), a qual sugere que seja realizada no ambiente natural que o participante interage, constitui-se desse modo a relação pessoa-ambiente, formando os processos proximais, essa relação é importante para o desenvolvimento humano (Bronfenbrenner 1979/1996). Assim, a inserção ecológica ocorreu inicialmente todos os dias na semana, realizando registros em diário de campo das atividades desenvolvidas e realizando registros fotográfico principalmente da infraestrutura do serviço de acolhimento.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil desempenha um papel relevante no acolhimento de humanitário, sendo amplamente reconhecido por seu pioneirismo na defesa da causa dessas pessoas. Independentemente dos motivos que levam à migração ou ao pedido de refúgio, milhares de pessoas cruzam as fronteiras em busca de novas oportunidades e desenvolvimento. O acolhimento dessas pessoas pode ser analisado a partir de diversos elementos, considerando tais instituições e serviços como um microssistema de desenvolvimento abrangente, mas com particularidades que precisam ser respeitadas.

Reconhecer as características físicas e ambientais desses ambientes está intimamente ligado à análise das normas que visam assegurar a qualidade dos serviços oferecidos a adultos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Este artigo, que está fundamentado em uma perspectiva legal e normativa, tem como objetivo discutir aspectos históricos, legais, estruturais e de funcionamento do serviço de acolhimento para migrantes e refugiados em Santarém, no estado do Pará. Nesse contexto, são apresentados dados levantados sobre o perfil e as características do microssistema sistema de acolhimento pesquisado. O deslocamento de migrantes e refugiados pelo território brasileiro, especialmente no Estado do Pará, intensificou-se a partir de 2017, com maior impacto na capital e em outras regiões do estado. Em Santarém, no Oeste do Pará, observou-se o aumento no número de pessoas, principalmente indígenas da etnia Warao vindos da Venezuela, que eram frequentemente vistos morando nas ruas e ocupando espaços públicos, como praças, áreas comerciais e feiras. A presença dessa população nas ruas e outros espaços da cidade indicam a necessidade de políticas públicas que abordem não somente a assistência imediata, mas também a integração social e econômica dessas pessoas.

A identificação e organização técnico-legal da instituição participante revela que ela foi criada em resposta à demanda surgida em 2017, quando o primeiro grupo de venezuelanos da etnia Warao chegou a Santarém. Em resposta, o poder público providenciou um espaço para acolher esse grupo de migrantes. Desde então, a instituição manteve uma política contínua de acolhimento para pessoas em deslocamento, inicialmente focada em pessoas provenientes da Venezuela e, posteriormente, ampliada para incluir migrantes de outras regiões do Brasil que estavam de passagem pela cidade ou buscando melhores condições de vida em Santarém.

A instituição atua em conformidade com o aparato legal brasileiro, seguindo legislações como o Estatuto do Refugiado, a Lei de Migração, o Estatuto do Idoso e as leis que garantem os direitos de crianças e adolescentes. Nela prioriza-se o princípio da preservação dos vínculos socio afetivos com a família de origem. O acolhimento realizado é voltado para famílias inteiras, não sendo possível o acolhimento de crianças ou adolescentes sem um responsável familiar. Para esses casos específicos, existe outra instituição no município que oferece assistência para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar.

Nesse contexto, o termo *serviço de acolhimento* é utilizado para se referir a uma modalidade de atendimento prevista na política de assistência social brasileira, conforme estabelecido na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Esse serviço pode atender diferentes públicos, a depender da sua especificidade. Assim, o acolhimento destinado a migrantes e refugiados se enquadra na mesma lógica do acolhimento institucional previsto para crianças e adolescentes no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), diferenciando-se apenas quanto ao público-alvo. Ambos fazem parte da estrutura dos serviços de acolhimento previstos na LOAS, cuja finalidade é oferecer proteção integral a indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Para que a instituição possa acolher qualquer pessoa, é necessário que o solicitante seja encaminhado por um órgão público, privado ou faça a busca por meio de demanda espontânea. No âmbito municipal, uma das instituições que realiza o encaminhamento para o serviço de acolhimento de migrantes ou refugiados é o Centro POP da cidade de Santarém, o qual é responsável por atender de forma especializada a população em situação de rua. O serviço de acolhimento passa por supervisão e fiscalização técnica dirigida por órgãos como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Conselhos Tutelares, Ministério Público e Vigilância Sanitária, que apontam necessidades de adequação.

A instituição atende famílias refugiadas de diversos países, além de brasileiros em situação de vulnerabilidade. A mantenedora é a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS). Além dos recursos municipais, a casa conta com apoio de outras instituições, como o governo federal através de recursos financeiros e doações de pessoas físicas, que incluem roupas, alimentos e outros itens. Esses recursos são utilizados para subsidiar despesas como pagamento de funcionários, alimentação,

medicamentos, material de higiene pessoal e limpeza, manutenção predial e aluguel do espaço onde a instituição está localizada.

Situada em um espaço urbano cercado por árvores, a instituição possui dois espaços denominados “barracão”, onde as famílias se organizam de acordo com a determinação da coordenação institucional. Como se pode observar na Figura 2 e 3, a casa possui uma estrutura ampla que, de certa forma, promove um ambiente acolhedor.

### **Figura 2**

#### *Dormitório I*



Fonte: Autora (2025)

### **Figura 3**

#### *Dormitório II*



Fonte: Autora (2025)

Os povos indígenas amazônicos, em sua origem, geralmente vivem em ambientes de floresta, rodeados por árvores, e mantêm o cultivo de plantas medicinais e frutíferas. Na cultura Warao, há uma dependência significativa do cultivo de palmeiras, mandioca, milho, pimenta e frutas, caracterizando um espaço rural. Segundo Navarro (2022), essas

práticas são essenciais para a sobrevivência desses povos. Observa-se que os espaços destinados ao acolhimento de migrantes e refugiados, especialmente indígenas venezuelanos da etnia Warao, são frequentemente projetados para preservar as características originais dessa etnia.

Além das questões estruturais, o acolhimento conta com espaços de uso coletivo, que são ocupados tanto por funcionários quanto pelos moradores da casa. A administração da instituição identificou a necessidade de construir novos espaços para melhorar o atendimento das demandas internas. Os detalhes dessas demandas e as propostas de construção estão apresentados na Tabela 1, que demonstra as necessidades identificadas e as soluções propostas para otimizar o funcionamento da instituição.

**Tabela 1**

*Distribuição de espaços físicos áreas internas.*

<b>Espaços</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Necessidade</b>
Almoxarifado	-	-
Auditório	-	1
Banheiro	4	6
Berçário	-	-
Brinquedoteca	-	1
Cozinha	1	-
Despensa	1	-
Dormitório	2	-
Lavanderia	2	-
Playground	-	1
Quadra de esportes	1	-
Refeitório	1	-
Sala de reforço escolar	-	1
Sala de atividade pedagógica	-	1
Sala de enfermagem	-	1
Sala de tv e vídeo	-	1
Sala de serviço administrativo	1	-
Sala para atendimento social	-	-
Sala para consultório médico	-	1
Sala para descanso dos adultos	-	1
Sala de reuniões	-	1
Outros: horta	-	1

Fonte: Autora (2025)

Dentro das instalações físicas da instituição, há uma cozinha institucional projetada para preparo e distribuição das alimentações diárias dos moradores, as quais são preparadas por servidores contratados pela mantenedora. No interior da cozinha, estão disponíveis um freezer horizontal e um freezer vertical, que garantem a adequada

conservação dos alimentos. Além disso, a cozinha conta com uma despensa bem organizada, destinada ao armazenamento de alimentos e utensílios domésticos (Figura 4).

Nas proximidades da cozinha, há três banheiros coletivos que estão à disposição dos moradores. Esses banheiros foram projetados com a estrutura mínima necessária para atender às exigências básicas de higiene (Figura 5). Além dos banheiros próximos à cozinha, existe um banheiro adicional localizado em uma área próxima aos *ranocos*, que também é utilizado pelos moradores. No entanto, com o aumento da população atendida pela instituição, a coordenação identificou a necessidade urgente de construir mais dois banheiros para garantir que todos os moradores tenham acesso adequado às instalações sanitárias.

#### **Figura 4**

*Cozinha institucional*



Fonte: Autora (2025)

#### **Figura 5**

*Vista externa dos banheiros*



Fonte: Autora (2025)

Os moradores são acomodados em dois dormitórios com formato de tendas. Essas estruturas são sustentadas por pilares de madeira e cobertas com telhas Brasilit, proporcionando proteção contra o sol. Todavia, como não possuem paredes, os barracões sofrem com a entrada de água durante o inverno, sendo necessário improvisar paredes com lonas de plástico. O piso dos dormitórios é revestido com cimento queimado, oferecendo uma superfície durável e de fácil manutenção, cada família é responsável pela conservação higiênica de sua morada.

Cada família organiza a seu espaço de convivência familiar, essas separações são feitas com tecidos ou outros materiais, mantendo a divisão entre as famílias e formando espaços chamados *ranoco*, que se representam a *casa* onde as famílias residem (Figura 6 e 7). As divisões entre os espaços familiares não proporcionam privacidade às famílias, uma vez que as crianças convivem no mesmo espaço que seus pais. Estes, por sua vez, não têm um local reservado para sua relação conjugal, sendo esses momentos geralmente presenciados por todos os moradores do *ranoco*.

### Figura 6

#### *Estrutura do ranoco*



Fonte: Autora (2025)

**Figura 7***Estrutura do ranoco*

Fonte: Autora (2025)

Cada dormitório conta com um espaço de uso coletivo destinado à lavanderia. Neste local, os moradores realizam a lavagem de roupas, utensílios e também cuidam da higiene pessoal de bebês e crianças menores (Figura 6 e 7). Cada área de lavanderia é equipada com torneiras e lavabos, facilitando as atividades diárias de limpeza e cuidados pessoais. É importante que as famílias colaborem na organização e manutenção desses espaços, garantindo que continuem limpos e funcionais. Os utensílios necessários, como bacias e baldes, são de uso privativo, e cada família é responsável pela sua aquisição. Além da manutenção da limpeza, a convivência nesse espaço coletivo incentiva a interação entre os moradores, colaborando a troca de experiências e a construção de um senso de comunidade. As famílias se organizam para realizar a limpeza do local em mutirões, garantindo que todos participem e contribuam com a manutenção do espaço.

**Figura 8***Lavanderia do dormitório 1*

Fonte: Autora (2025)

**Figura 9***Lavanderia dormitório 2*

Fonte: Autora (2025)

A instituição proporciona uma variedade de espaços de lazer que enriquecem a vida dos moradores. A quadra de areia é um dos principais atrativos, oferecendo opções específicas para práticas esportivas como futebol e vôlei (Figura 10). Este local é um ponto de encontro, especialmente entre jovens e crianças, que aproveitam o final do dia para se exercitar e socializar, promovendo tanto a saúde física quanto emocional.

Além da quadra, os moradores também possuem acesso a áreas sombreadas das árvores do terreno, que criam um ambiente convidativo para relaxamento e interação. Os espaços verdes são ideais para piqueniques e leituras. O quintal da instituição, amplo e aberto, é outro local importante para atividades recreativas. Seja para jogos, festas ou encontros informais, esse espaço oferece a liberdade necessária para que os moradores se divirtam e desfrutem da convivência em grupo (Figura 11). Esses espaços ao ar livre são essenciais para promover o bem-estar e a interação social entre os residentes, oferecendo oportunidades para relaxamento e recreação em um ambiente natural e convidativo.

**Figura 10***Quadra de areia*

Fonte: Autora (2025)

**Figura 11***Quintal da instituição*

Fonte: Autora (2025)

Apesar de a instituição estar localizada em um espaço amplo, sua estrutura atual não inclui um local destinado à realização de reuniões ou assembleias entre moradores, equipe técnica e visitantes. Há uma demanda identificada para a construção de um auditório que possa atender a essa necessidade. Atualmente, todas as instalações existentes são utilizadas de forma compartilhada por moradores, funcionários e visitantes.

Além dessas necessidades, há a demanda para a construção de diversos espaços adicionais, incluindo uma brinquedoteca, um *playground*, uma sala de reforço escolar, uma sala de atividades pedagógicas, uma sala de enfermagem, uma sala de TV e vídeo, uma sala de atendimento psicológico, uma sala de atendimento social, um consultório médico, uma sala de descanso dos adultos, uma sala para reuniões e uma horta. Essas demandas estruturais estão, em sua maioria, voltadas para a criação de locais que

promovam maior conforto e melhor atendimento para os acolhidos. Isso inclui espaços dedicados a atendimentos pedagógicos, psicológicos, sociais, de enfermagem e médico, permitindo um acolhimento mais individualizado e personalizado, atendendo às necessidades específicas e questões éticas envolvidas. Atualmente, esses atendimentos são realizados na secretaria da instituição. Quando a psicóloga ou a assistente social precisam realizar atendimentos individualizados, todos os funcionários precisam se retirar da sala para que o atendimento possa ocorrer com privacidade e o sigilo exigido.

As formas estruturais de acolhimento em Santarém-PA se assemelham ao relatado na literatura sobre outras iniciativas no Brasil. Esses serviços variam de acordo com as disponibilidades e práticas de cada região ou estado, sendo importante documentar como estão organizados no contexto amazônico. Marques (2020) descreve o sistema de operação acolhida em Roraima, que visa facilitar a realocação segura, voluntária, ordenada e gratuita de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanos em condições de vulnerabilidade, de Roraima para outras regiões do país. A estrutura da operação acolhida inclui um posto de recepção que inicia o processo de identificação e regularização na Polícia Federal. Os migrantes precisam decidir entre três possibilidades de permanência no Brasil: refúgio, residência temporária ou entrada como turista. Durante esse processo, as autoridades de saúde verificam vacinas e condições de saúde dos migrantes, aplicando vacinas ministradas por militares em um posto médico localizado no local. Os migrantes que optam por permanecer como turistas podem seguir viagem, enquanto aqueles que desejam solicitar residência ou refúgio são direcionados para outra sala (Marques, 2020).

Existem semelhanças e diferenças entre as instituições que acolhem migrantes ou refugiados. Na operação acolhida, existem abrigos específicos para diferentes públicos, como famílias, homens sozinhos ou mulheres sozinhas. No entanto, em comparação com a instituição pesquisada, as instalações e serviços oferecidos muitas vezes não incluem espaços específicos para atendimentos individualizados por assistentes sociais ou psicólogos, nem áreas dedicadas à educação, lazer e brincadeiras dirigidas, especialmente para o público infantil. Esses aspectos serão analisados em um estudo futuro.

O instrumento de pesquisa revelou que a estrutura física da instituição que acolhe famílias migrantes e refugiadas não atende adequadamente às necessidades dessas famílias, necessitando de reformas ou modificações. Uma das reivindicações é a construção de um fogareiro adicional para que as famílias possam preparar suas refeições, pois a estrutura existente, conforme mostrado na Figura 12 e 13, não oferece boas

condições de uso. Assim, observa-se que, embora a instituição forneça acolhimento emergencial para pessoas em situação de vulnerabilidade, é necessário realizar reformas e melhorias em suas instalações físicas para melhor atender às demandas dos acolhidos.

### **Figura 12**

*Fogareiro da instituição*



Fonte: Autora (2025)

### **Figura 13**

*Fogareiro da instituição*



Fonte: Autora (2025)

Os acolhidos podem permanecer na instituição por tempo indeterminado, desde que cumpram o acordo de convivência e o regimento interno estabelecidos a partir de 2019. De acordo com os dados apresentados na Tabela 2, o ano em que a instituição mais recebeu migrantes e refugiados foi 2019, seguido por 2022, 2023, 2017, 2020, 2021, 2018 e 2024. Vale ressaltar que nem sempre as famílias chegam juntas na instituição, assim, os prontuários são individualizados. Um aspecto que merece atenção é a quantidade de prontuários que não indicam o ano de ingresso dos acolhidos na instituição. A ausência

dessa informação dificulta a análise temporal do fluxo de entrada e a avaliação das necessidades e tendências ao longo dos anos.

**Tabela 2**

*Número de acohimenttos idividuais por ano\_(n= 684)*

<b>Categoria</b>	<b>f %</b>
Sem informação	(213) 31%
2019	(139) 20%
2022	(72)11%
2023	(57) 8.3%
2017	(48) 7.0%
2020	(46) 6.7%
2021	(41) 6.0%
2018	(41) 6.0%
2024	(27) 3.9%

Fonte: Autora (2025)

A mobilidade humana tem sido uma constante ao longo da história, movida por diferentes motivos, como a busca por melhores condições de vida, fugas de conflitos armados, perseguições políticas, religiosas, e desastres naturais (Silva; Kauchakje, 2023). A mudança de um contexto para outro causa inúmeros impactos na vida das pessoas em deslocamento, pois, de certa forma, as populações refugiadas são afetadas diretamente por esses fatores adversos.

O fluxo migratório para o Brasil sempre ocorreu, mas, como observa Gonçalves (2022), esse movimento se intensificou a partir de 2015, especialmente com a migração de venezuelanos. De acordo com dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), o número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil entre 2011 e 2023 mostra que, de 2011 a 2015, houve poucos registros de solicitações, variando entre 0 e 19.000. Em 2016, o número de pedidos atingiu um pico de 10.000. Em 2017, houve um aumento significativo, com o número de solicitações alcançando seu máximo em 2019, com mais de 80.000 pedidos. Esse número foi seguido por um declínio nos anos seguintes até 2023 (OBMigra, 2024).

Esses dados corroboram com as informações levantadas na instituição pesquisada, que mostram o maior nível de acolhimento no ano de 2019. A crise na Venezuela foi um dos fatores mais determinantes. Com a hiperinflação, a escassez de alimentos e medicamentos, e a repressão política, muitos de venezuelanos foram obrigados a deixar o país em busca de melhores condições de vida. O Brasil se tornou um destino viável devido à sua proximidade geográfica e à percepção de um ambiente acolhedor, onde muitos acreditavam que poderiam encontrar melhores oportunidades de trabalho, assistência humanitária e uma maior estabilidade em comparação à situação caótica enfrentada na Venezuela. Além disso, o país implementou políticas de acolhimento que facilitaram o processo de migração e regularização, criando um clima de esperança para aqueles que buscavam reconstruir suas vidas. As redes de apoio formadas por comunidades locais e organizações não governamentais também foram fundamentais, oferecendo recursos e informações que ajudaram os recém-chegados a se adaptarem.

Os conflitos armados, crises econômicas, sociais e as catástrofes naturais, em particular, promovem sofrimento psicológico e social significativo, que pode ser evidenciado tanto a longo quanto a curto prazo. Esse sofrimento não se limita apenas ao trauma imediato, mas também inclui a desintegração social, a perda de identidade cultural e a ruptura dos laços familiares e comunitários. Além disso, o impacto sobre as crianças pode ser especialmente devastador, afetando seu desenvolvimento emocional e educacional.

As políticas mundiais apresentam variações significativas quanto aos sistemas de acolhimento para pessoas em deslocamento. Essas normatizações influenciam a integração e a proteção de migrantes e refugiados, considerando suas orientações particulares (Conde; Alcubierre, 2018, Lazarin, 2019, Lopes; Mota, 2021; Santos, 2020). Cada nação regulamenta de maneira distinta os protocolos de acolhimento, podendo adotar uma abordagem mais flexível ou uma postura mais rígida, o que impacta diretamente a forma como essa população é recebida. Países com políticas mais inclusivas tendem a facilitar a adaptação e o acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, promovendo um ambiente mais acolhedor. Por outro lado, nações com normas mais restritivas podem criar barreiras que dificultam a integração, gerando vulnerabilidades e, muitas vezes, marginalização.

As políticas públicas de acolhimento humanitário no Brasil têm -se mostrado com algumas lacunas quanto a sua efetivação. Para Mundt (2020), Lopes e Mota (2021), essas

encontram-se na inserção de migrantes e/ou refugiados principalmente no mercado de trabalho, esses autores destacam a necessidade de estratégias de longo prazo, promovendo a participação direta, possibilitando treinamentos para capacitação de mão de obra, manter comunicação eficaz entre os órgãos de gestão e a comunidade atendida criando organizações horizontais para facilitar o diálogo, além de avaliar constantemente as ações desenvolvidas.

Na instituição pesquisada, os acolhidos possuem acesso a uma variedade de serviços, que incluem a emissão de documentação civil para crianças que não a possuem, documentação específica para migrantes ou refugiados, matrícula em instituições de ensino regulares, ambientação escolar, e apoio social e psicológico para as famílias, além de acompanhamento pós-acolhimento. Ao chegarem à instituição, é realizada uma triagem das necessidades de cada acolhido, que é, então, direcionado para os serviços adequados. A efetivação desses serviços pode ocorrer tanto dentro da própria instituição quanto por meio de parcerias com outras entidades. A forma como cada atividade é oferecida está detalhada na Tabela 3.

**Tabela 3**

*Atividades e serviços ofertados aos acolhidos*

<b>Serviços e Atividade</b>	<b>Serviços Internos</b>	<b>Serviços Externos</b>	<b>Não Oferece</b>
Assistência jurídica			X
Assistência Médica	X	X	
Assistência odontológica		X	
Assistência Psicológica	X	X	
Assistência religiosa		X	
Assistência Social	X		
Atividades Culturais			X
Atividades de Lazer			X
Atividades Esportivas			X
Creche			X
Ensino Fundamental		X	
Ambientação escolar	X		

Fonte: Autora (2025)

Os serviços e atividades oferecidos internamente na instituição são direcionados para um atendimento inicial, que inclui a triagem das necessidades das pessoas e o encaminhamento para os serviços necessários. Dentro da instituição, são realizados atendimentos de saúde por meio de ações pontuais promovidas pelo poder público ou privado. Em casos que são necessário atendimento especializado, os encaminhamentos são feitos para a Unidade Básica de Saúde (UBS), Unidade de Pronto Atendimento (UPA)

ou Hospital Municipal, dependendo da gravidade do caso. Também são realizados o cadastro e a solicitação de documentação, além da solicitação de auxílios públicos com o suporte da técnica de referência da assistência social. A assistência psicológica é prestada pela psicóloga referência da instituição, e em casos mais específicos, são realizados encaminhamentos para unidades especializadas, como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Levando em consideração a revisão da literatura realizada, o serviço de acolhimento institucional pesquisado apresenta características da modalidade de acolhimento primário e secundário. Esta modalidade de acolhimento está relacionada ao primeiro contato com os refugiados, identificando suas demandas e necessidades individuais ou familiares para posterior efetivação no sistema de acolhimento. Nessa fase, é conduzida uma investigação específica das questões pessoais dos refugiados para garantir sua segurança e bem-estar imediato. Para Bakker, Dagevos e Djundeva (2023), Papatzani et al., (2022), além disso, as pessoas permaneceram nos centros de registro por tempo indeterminado, aguardando a decisão sobre seus pedidos de asilo

O estudo de Vianelli (2022) sobre o acolhimento na Itália e na Suécia demonstra que a recepção de migrantes e refugiados nesses países é estruturada como um processo logístico integrado e organizado. Esse processo inclui etapas de rastreamento, cadastro e encaminhamento para alojamentos, ressaltando a complexidade e a interconexão dos diferentes procedimentos envolvidos na recepção e no direcionamento dos refugiados nos centros de acolhimento.

Um dado interessante é que as crianças a partir dos três anos de idade são inseridas em um sistema educacional que funciona dentro da instituição, conhecido como ambientação escolar. Esse programa oferece alfabetização para crianças e reforço escolar para crianças e adolescentes. Essa forma de atendimento se assemelha ao modelo descrito por Pędziwiatr e Magdziarz (2023), que destaca que, na Polônia, o atendimento a pessoas em situação de refúgio é gratuito, com prioridade para crianças, garantindo-lhes o direito à educação e ao acesso a serviços de saúde.

Alguns serviços são ofertados externamente, a assistência odontológica é promovida nas UBS ou em instituições privadas de ensino superior. As práticas religiosas são determinadas de acordo com a preferência de cada família. A educação formal é fornecida por uma escola de educação básica nas proximidades do sistema de

acolhimento. Uma das regras para a permanência na instituição é que crianças e adolescentes estejam matriculados na educação básica.

Ainda dentro da perspectiva das modalidades de acolhimento, o estudo anterior descreve que a literatura apresenta instituições que oferecem atendimento secundário (Bolzoni; Donatiello; Giannetto, 2022, Dimitriadis; Ambrosini, 2024, Haselbacher; Segarra, 2022). As pesquisas descritas pelos autores demonstram características semelhantes à instituição pesquisada, apresentando suas particularidades organizacionais e estruturais. Isso evidencia que, na Europa, o sistema de acolhimento para migrantes ou refugiados possui características peculiares, que podem se aproximar ou se distanciar da realidade pesquisada. Esses alojamentos geralmente são administrados por organizações do terceiro setor, com o objetivo de não apenas oferecer moradia e alimentação, mas também de possibilitar a integração socioeconômica. Estruturalmente, as casas de acolhimento são pequenas instalações distribuídas por todo o território, sendo alugadas, compartilhadas e temporárias. Para facilitar a integração na sociedade, são oferecidas oportunidades de estágios profissionais, promovendo a inserção no mercado de trabalho e promovendo a integração socioeconômica.

Vale ressaltar que, mesmo quando a estrutura organizacional do acolhimento apresenta semelhanças entre diferentes contextos, as experiências pessoais e as realidades vivenciadas pelos indivíduos são diversas. Essas diferenças impactam diretamente a forma como enfrentam as demandas da migração ou do refúgio. No contexto de acolhimento de migrantes ou refugiados, o microssistema inclui não apenas as estruturas organizacionais como abrigos, escolas, e sistema de saúde, mas também os relacionamentos interpessoais que se formam nesses espaços. Essas particularidades influenciam diretamente a forma como essas interações ocorrem, influenciando o desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1996). Assim, ainda que as estruturas institucionais sejam semelhantes, as singularidades nas trajetórias individuais e nos vínculos estabelecidos determinam o impacto real do acolhimento no desenvolvimento de cada pessoa.

Entre as fragilidades identificadas pela instituição no formulário de pesquisa, destacam-se a ausência de assistência jurídica e a falta de atividades culturais, de lazer e esportivas. Na África do Sul, Johnson (2022) enfatiza que os espaços de acolhimento são coletivos, oferecendo abrigo e proteção para migrantes e refugiados que buscam o país. Os serviços oferecidos se assemelham aos disponibilizados em Santarém/PA, incluindo

assistência médica, apoio psicossocial, e educação, entre outros. No entanto, na realidade pesquisada, a assistência jurídica, atividades culturais, lazer, e programas de capacitação profissional não é disponibilizada, o que representa uma importante lacuna.

Essas ausências são preocupantes, pois podem impactar negativamente no bem-estar e na integração e inclusão dos acolhidos. No entanto, durante o processo de inserção ecológica, a pesquisadora registrou dados sobre a organização interna que promove práticas esportivas e culturais desenvolvidas pelos próprios moradores. Essa iniciativa não apenas preenche parte da lacuna deixada pela instituição, mas também fortalece a coesão social e a autoexpressão entre os acolhidos, contribuindo para um ambiente mais dinâmico e participativo. Conforme registrado em seu diário de campo, as atividades organizadas incluem práticas esportivas e brincadeiras que envolvem crianças e adultos, fomentando um senso de comunidade e pertencimento.

Assim, com base na teoria bioecológica do desenvolvimento humano, o microsistema serviço de acolhimento pode ser analisado por meio dos fatores atividades, papéis e relações interpessoais, que são fundamentais no contexto de desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1996). No ambiente apresentado no estudo, as atividades são direcionadas para atender às necessidades básicas e promover a integração social dos migrantes e refugiados. Essas incluem triagem de necessidades, oferta de serviços médicos, psicológicos e educacionais, além de atividades internas, como reforço escolar e práticas esportivas informais organizadas pelos próprios acolhidos.

No microsistema, os papéis são desempenhados tanto pelos acolhidos quanto pela equipe técnica. Os acolhidos atuam como cuidadores de seus próprios espaços e participam de ativamente de mutirões de limpeza e organização, promovendo senso de responsabilidade e pertencimento. Por outro lado, a equipe técnica desempenha papéis de facilitadores, mediadores, organizando o ambiente, oferecendo suporte psicossocial e encaminhando demandas específicas para serviços externos.

O estudo evidencia que as relações interpessoais são uma parte essencial do processo de acolhimento. Há uma interação significativa entre os acolhidos, que compartilham espaços e experiências, e entre os acolhidos e os técnicos da instituição. No entanto, limitações na privacidade, especialmente nos *ranocos*, podem gerar conflitos ou dificultar o fortalecimento de vínculos familiares. Por outro lado, a convivência em espaços coletivos promove a troca de experiências e o desenvolvimento de uma rede de apoio entre os moradores, fortalecendo a coesão social.

A partir dessa análise, fica evidente que o microsistema de acolhimento precisa equilibrar a oferta de suporte estrutural e emocional com a valorização da cultura e da individualidade dos acolhidos. É essencial assegurar que suas interações e experiências promovam tanto o desenvolvimento humano pleno quanto a integração social.

O acolhimento apresenta características que podem contribuir para que a instituição se torne um contexto de desenvolvimento. No entanto, ainda é necessário implementar estratégias que potencializem esse processo, incorporando aspectos fundamentais da teoria bioecológica, como o fortalecimento das relações de apoio entre acolhidos e profissionais da instituição, a promoção de atividades estruturadas que incentivem a interação e a construção de vínculos, e a oferta de espaços seguros para convivência e expressão cultural. Esses elementos poderão ser aprofundados em estudos futuros no âmbito desta tese.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O acolhimento de migrantes e refugiados no Brasil, especialmente em Santarém-PA, desempenha um papel essencial na assistência a populações vulneráveis. Este estudo teve como objetivo caracterizar e analisar o sistema de acolhimento que atende essas famílias migrantes e refugiadas, identificando suas peculiaridades dentro do contexto amazônico. A pesquisa permitiu compreender a estrutura e o funcionamento da instituição investigada, evidenciando suas potencialidades e fragilidades na prestação de serviços que se mostram essenciais. Dessa forma, foi possível caracterizar o serviço de acolhimento e fornecer subsídios para o aprimoramento das políticas públicas voltadas a essa população.

Em termos de contribuição científica, este estudo amplia o conhecimento sobre os serviços de acolhimento na região Norte do Brasil, um território estratégico para o fluxo migratório, especialmente de refugiados venezuelanos da etnia Warao. Ao utilizar a teoria bioecológica do desenvolvimento humano como referencial teórico, a pesquisa demonstra como o ambiente físico e social impacta o bem-estar dos acolhidos, destacando a importância de práticas que respeitem suas necessidades biopsicológicas e culturais. Além disso, o estudo contribui para a literatura ao propor reflexões sobre as condições estruturais e operacionais dessas instituições, favorecendo discussões sobre sua adequação aos desafios contemporâneos da migração.

No campo das políticas públicas, os resultados reforçam a necessidade de investimentos na ampliação e qualificação dos serviços de acolhimento, tanto em infraestrutura quanto em oferta de serviços especializados. A pesquisa aponta a carência de assistência jurídica, espaços pedagógicos e atividades culturais, o que compromete a efetividade da proteção oferecida aos migrantes e refugiados. A melhoria dessas condições pode contribuir para uma integração mais humanizada e sustentável dessa população na sociedade brasileira.

Entretanto, algumas limitações do estudo devem ser reconhecidas. O uso de um único instrumento de coleta de dados restringe a amplitude da análise, uma vez que entrevistas ou observações diretas poderiam complementar as informações sobre o funcionamento do serviço e a experiência dos acolhidos. Além disso, a ausência de dados detalhados sobre o fluxo migratório específico da Amazônia dificulta uma análise mais aprofundada do impacto regional dessas políticas de acolhimento.

Diante dessas questões, recomenda-se a realização de novos estudos que aprofundem a experiência dos migrantes e refugiados nos serviços de acolhimento, considerando suas percepções sobre a assistência recebida e os desafios de integração social. A saúde mental e o bem-estar dos migrantes e refugiados também merecem atenção. Pesquisas focadas nessa área podem avaliar o impacto do acolhimento na saúde psicológica desses indivíduos, identificando as necessidades de apoio emocional que possam existir. Além disso, a eficácia de programas de capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho deve ser investigada. Compreender como esses programas impactam a autonomia e a qualidade de vida dos migrantes e refugiados pode contribuir para a formulação de políticas mais eficazes. Essas recomendações para novas pesquisas visam aprofundar a compreensão das complexidades do acolhimento de migrantes e refugiados, contribuindo para a formulação de políticas mais sensíveis e eficazes às suas necessidades. Além disso, pesquisas comparativas entre diferentes regiões do Brasil podem contribuir para a formulação de modelos mais competentes de acolhimento. Sugere-se, ainda, a implementação de avaliações contínuas dos serviços, com a participação ativa dos acolhidos, para garantir que as políticas atendam de forma mais adequada às suas reais necessidades.

Por fim, é essencial que os gestores públicos e demais atores envolvidos no acolhimento de migrantes e refugiados adotem medidas que promovam um atendimento mais inclusivo e estruturado. O fortalecimento da rede de apoio, a oferta de capacitação

profissional e o desenvolvimento de estratégias para a autonomia econômica desses indivíduos são aspectos fundamentais para assegurar um acolhimento digno e efetivo.

## REFERÊNCIAS

- Bakker, L., Dagevos, J., & Djundeva, M. (2023). Making the most of language acquisition of Syrian asylum permit holders in the Netherlands: The role of policy factors examined. *Journal of Social Policy*, 1–23. <https://doi.org/10.1017/S0047279423000557>
- Barbosa, M. M. D. L. M. (2022). *As relações sociais e bem-estar nos refugiados e imigrantes* [Master's thesis, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/26810>
- Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA* (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Presidência da República.
- Brasil, Presidência da República. (2009). *Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Ministério do Desenvolvimento Social. [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf)
- Brasil, Presidência da República. (2017). *Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017: Dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm)
- Carneiro, C. S., & Oliveira, L. G. D. (2022). O acolhimento de pessoas em busca de refúgio no Brasil: Cidadania e direito à cidade. *Revista de Direito da Cidade*, 14(1), 91–112. <https://doi.org/10.12957/rdc.2022.52969>
- Comitê Nacional para Refugiados. (2022). *Solicitação de refugiados no Brasil*. Conare. <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTk3OTdiZjctNGQwOC00Y2FhLTgxYTctNDNIN2ZkNjZmMwVlliwidCI6ImU1YzZM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOjh9>
- Costa, L. T. F. da. (2020). Vida nua e direitos humanos: Uma reflexão política sobre a criança refugiada a partir de Giorgio Agamben. *FIDES – Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade*, 11(2). <http://revistafides.ufrn.br/index.php/br/article/view/508/516>
- da Rocha, I. B. F. (2021). *MEERU APROXIMA: Boas práticas no acolhimento a refugiados em Portugal* [Master's thesis, Universidade Católica Portuguesa]. <https://www.proquest.com/openview/43ee89cc932cb79b7c60683ce78f7c02/1>
- de Andrade Rezende, M., & Reynaldo, G. O. (2024). Os contrastes e comparações da proteção internacional e acolhimento dos refugiados no Brasil e sua evolução

histórica. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, 16(2), Article e3436. <https://doi.org/10.55905/cuadv16n2-080>

- Gonçalves, A. G. D. P. (2022). *Venezuelanos/as no Brasil: Acolhimento e controle – Faces da política de proteção aos refugiados* [Master's thesis, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro].
- Johnson, J. (2022). Constructing and contesting state-urban borders: Litigation over Refugee Reception Offices in post-apartheid South African cities. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 48(15), 3810–3827. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2020.1779046>
- Junger da Silva, G., Cavalcanti, L., Lemos Silva, S., & De Oliveira, A. T. R. (2024). *Refúgio em números* (9ª ed.). Observatório das Migrações Internacionais / Ministério da Justiça e Segurança Pública. [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra\\_2020/OBMIGRA\\_2024/Ref%20em%20N%C3%BAmeros%20-%209ed/Ref%20em%20N%C3%BAmeros%20%20edicao%20-%20final.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2024/Ref%20em%20N%C3%BAmeros%20-%209ed/Ref%20em%20N%C3%BAmeros%20%20edicao%20-%20final.pdf)
- Lazarin, M. R., & Abramowicz, A. (2021). Crianças em busca de refúgio: Reflexões sobre as solicitações infantis de refúgio ao Brasil até 2016. *Zero-a-Seis*, 23(43), 674–702.
- Lopes, J. J. M., & Mota, F. M. N. (2021). Crianças deslocadas: Narrativas em territórios das palavras. *Zero-a-Seis*, 23(43), 602–626. <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e72297>
- Malaquias, C. A. T., & de Souza Gorisch, P. C. V. (2023). Pandemia do COVID-19: Reflexos na saúde e no acolhimento dos refugiados venezuelanos no Brasil. *Unisanta Law and Social Science*, 11(2), 37–46.
- Marques, M. S. (2020). *O regime internacional do refúgio e suas práticas de proteção defasadas: O caso venezuelano e a Operação Acolhida* [Master's thesis, Universidade do Estado do Rio de Janeiro].
- Matias, I. de S., Lima, W. P. de, Ferreira, M. L., Silva, V. J. A., Sampaio, D. B., & Ribeiro, P. J. T. (2022). The mental health of refugee children and teenagers and its consequences in the genesis of the resignation syndrome. *Research, Society and Development*, 11(2), Article e35611225715. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i2.25715>
- Mendelski, B. (2024). Solidariedade seletiva? Refugiados sírios e ucranianos na União Europeia. *Revista Baru – Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, 9(1), 1–24. <https://doi.org/10.18224/baru.v9i1.13292>
- Moreira, E., & Torelly, M. (2020). *Soluções duradouras para indígenas migrantes e refugiados no contexto do fluxo venezuelano no Brasil*. Organização Internacional para as Migrações. <https://repositoryoim.org/handle/20.500.11788/2293>

- Mundt, H. T. (2020). *Entre a governança humanitária e o desenvolvimento neoliberal: Um olhar crítico sobre narrativas internacionais do acolhimento a refugiados* [Master's thesis, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro].
- Navarro, A. (2022). Tradução: Os Warao do delta do Orinoco: Uma cultura de palafiteiros. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, 10(1), 455–498.
- Papatzani, E., Hatziprokopiou, P., Vlastou-Dimopoulou, F., & Siotou, A. (2022). On not staying put where they have put you: Mobilities disrupting the socio-spatial figurations of displacement in Greece. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 48(15), 4383–4401. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2022.2090158>
- Pędziwiatr, K., & Magdziarz, W. (2023). The reception and integration of refugees from Ukraine in Poland, Czechia, Slovakia and Hungary – The new immigration destinations of Central Europe. *Social Policy Issues*, 59(4), 345–377. <https://doi.org/10.31971/pps/162968>
- Raffoul, J. (2020). *A vulnerabilidade da criança venezuelana em busca de refúgio no Brasil: Fatalidade ou possibilidade de mitigação?* [Master's thesis, Centro Universitário de Brasília]. <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14512>
- Rodrigues, R. F. S. (2021). *Desafios ao nível da saúde mental em populações de refugiados, deslocados internos e requerentes de asilo* [Master's thesis, Universidade de Coimbra]. <https://hdl.handle.net/10316/98461>
- Sampaio, C. U. D. L., & Alves, V. D. L. (2022). Fluxo de refugiados: Desafios na busca por acolhimento no Brasil. [Journal name and volume not provided].
- Seixas, B. S., & Lima, I. C. M. (2020). O Estado Democrático de Direito e a Operação Acolhida: Análise acerca do acolhimento dos refugiados venezuelanos no Estado de Roraima. [Journal name and volume not provided].
- Silva, E. Z. da, & Kauchakje, S. (2023). Governança global das migrações internacionais: Um caminho possível? *Interações (Campo Grande)*, 24(3), 1039–1056. <https://doi.org/10.20435/inter.v24i3.3754>
- Vale, F., Medeiros, P. H. A., Araújo, M. da C. B., Borges, G. K. D., Mendes, J. R. G., & Borges, M. M. S. (2021). Brasil: Seus imigrantes e refugiados à luz da decolonialidade. *Revista Latino-Americana de Estudos Científico*, 2(9).
- Vasconcelos, C., & Librelotto, L. I. (2022). O impacto social humanizado de abrigos na cidade de Manaus/AM. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, 11, 160–176. <https://doi.org/10.59306/rgsa.v11e2022160-176>
- Vianelli, L. (2022). Warehousing asylum seekers: The logistification of reception. *Environment and Planning D: Society and Space*, 40(1), 41–59. <https://doi.org/10.1177/02637758211056339>
- Yus, I., Guillén-Riquelme, A., & Quevedo-Blasco, R. (2023). Meta-análisis de la eficacia de intervenciones psicológicas en menores refugiados. *Revista Iberoamericana de Psicología y Salud*, 14(1), 26–39. <https://doi.org/10.23923/j.rips.2023.01.063>